



Informe de Previdência Social

02/2026

Vol. 38 – Nº 02

Nota Técnica

Resultado do RGPS: Jan/2026

MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Wolney Queiroz Maciel

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Felipe Cavalcante e Silva

SECRETÁRIO DE REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Benedito Adalberto Brunca

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Eduardo da Silva Pereira

COORDENADOR-GERAL DE CADASTRO, ESTATÍSTICA E ATUÁRIA

Alexandre Zioli Fernandes

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS PREVIDENCIÁRIOS

Ricardo Oliveira Martins

CORPO TÉCNICO

Daniel dos Santos Marinho

Filipe Leite Peixoto

Lygia Maria Bitencourt Moura Oliveira

Valdemir de Souza Silva

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social – MPS, de responsabilidade da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários.

Também disponível na internet, no endereço: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br>

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

ISSN da versão impressa 2518-5759

Correspondência

Ministério da Previdência Social - MPS • Secretaria de Regime Geral de Previdência Social

Esplanada dos Ministérios Bloco F, 7º andar, Sala 750 • 70059-900 – Brasília-DF

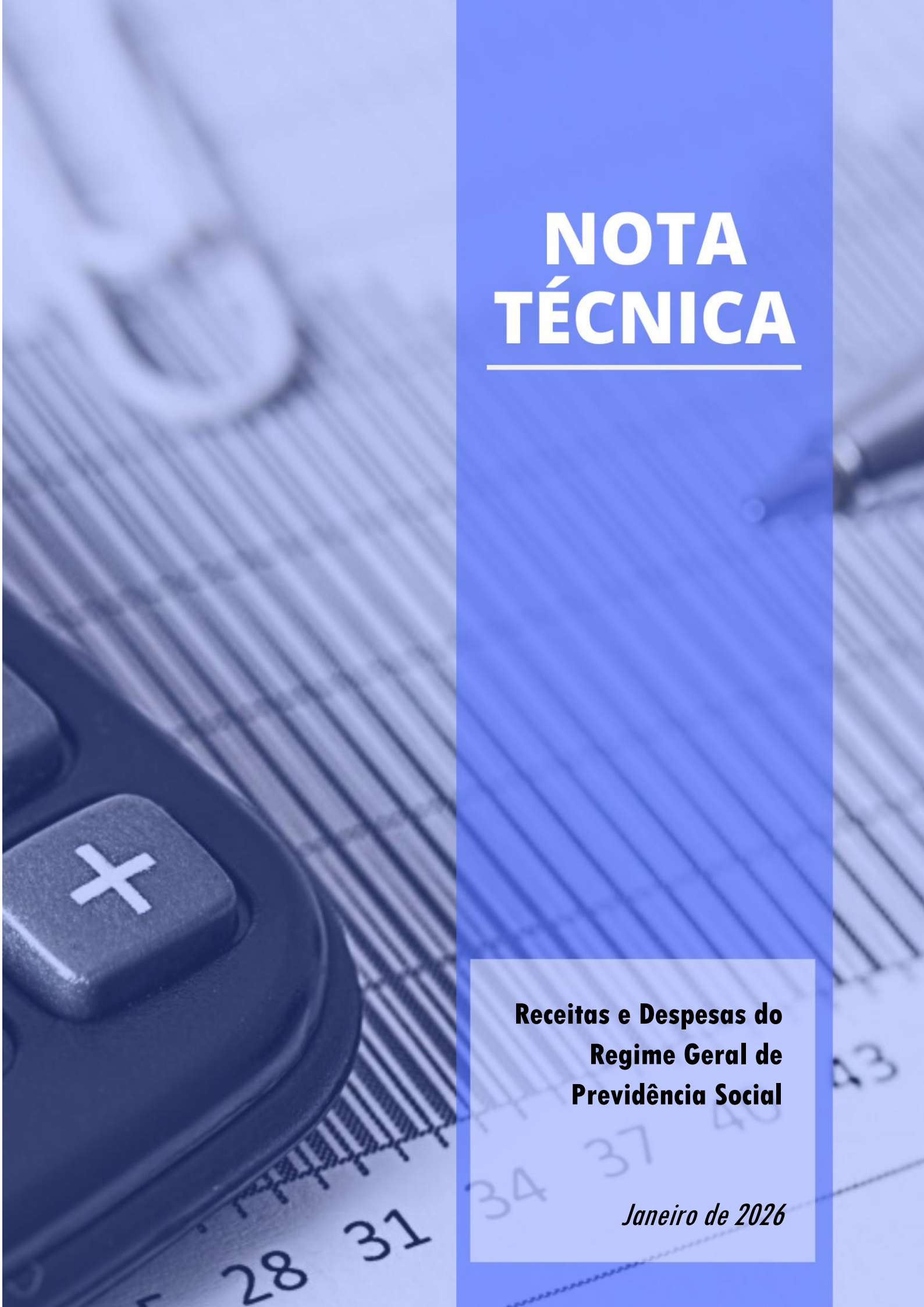
Tel. (061) 2021-5011.

E-mail: cgepmmps@previdencia.gov.br

SUMÁRIO

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL JANEIRO / 2026..... 5

1.	Resultado Agregado do Regime Geral de Previdência Social	5
2.	Resultados por Clientela Urbana e Rural.....	6
3.	Receitas Correntes	9
4.	Receitas de Medidas de Recuperação de Créditos	10
5.	Benefícios Emitidos e Concedidos	12
ANEXO I.....		17
ANEXO II.....		19



NOTA TÉCNICA

**Receitas e Despesas do
Regime Geral de
Previdência Social**

Janeiro de 2026

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

JANEIRO / 2026

Necessidade de Financiamento (em R\$ bilhões reais de jan/2026 - INPC)	
Acumulado no mês (jan/26)	20,6
Acumulado no ano (2026)	20,6
Acumulado em 12 meses (fev/25-jan/26)	322,2

1. Resultado Agregado do Regime Geral de Previdência Social

A evolução financeira do Regime Geral de Previdência Social é melhor compreendida quando se trabalha com valores reais, eliminando-se os efeitos da inflação. Dessa forma, na análise aqui efetuada, todos os valores são reais, atualizados para janeiro de 2026 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A arrecadação líquida total da Previdência Social foi, em janeiro de 2026, de cerca de R\$ 59,9 bilhões, evidenciando redução de 35,2% (-R\$ 32,5 bilhões) em relação ao mês anterior (dez/25) e aumento de 7,0% (+R\$ 3,9 bilhões) na comparação com janeiro de 2025. As despesas com benefícios previdenciários atingiram R\$ 80,4 bilhões em janeiro de 2026, registrando redução de 1,0% (-R\$ 802,1 milhões) em relação ao mês anterior (dez/25) e

aumento de 5,3% (+R\$ 4,0 bilhões), na comparação com janeiro de 2025, o que resultou em uma necessidade de financiamento total, em janeiro de 2026, da ordem de R\$ 20,6 bilhões, conforme se observa na **Tabela 1**.

No acumulado de 2026 (até janeiro), a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários alcançaram, respectivamente, R\$ 59,9 bilhões e R\$ 80,4 bilhões, resultando em uma necessidade de financiamento da ordem de R\$ 20,6 bilhões. Em comparação com o mesmo período de 2025, a arrecadação líquida cresceu 7,0% (+R\$ 3,9 bilhões), as despesas com benefícios previdenciários aumentaram 5,3% (+R\$ 4,0 bilhões) e a necessidade de financiamento apresentou aumento de cerca de 0,6% (+R\$ 112,7 milhões).

TABELA 1: Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – jan/25, dez/25 e jan/26 – Valores em R\$ milhões de jan/26 – INPC

Item	jan/25	dez/25	jan/26	Var. %	Var. %	Acumulado no ano		Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C/B)	(C/A)	2025	2026	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)	55.934,1	92.404,2	59.870,6	(35,2)	7,0	55.934,1	59.870,6	7,0
1.1. Receitas Correntes	60.037,0	94.780,8	64.090,3	(32,4)	6,8	60.037,0	64.090,3	6,8
Pessoa Física	1.159,3	987,2	1.146,9	16,2	(1,1)	1.159,3	1.146,9	(1,1)
SIMPLES - Recolhimento em GPS	5,4	0,8	2,1	170,5	(61,3)	5,4	2,1	(61,3)
SIMPLES - Repasse STN	9.031,0	8.289,0	9.703,6	17,1	7,4	9.031,0	9.703,6	7,4
Empresas em Geral	48.388,2	84.489,1	52.107,2	(38,3)	7,7	48.388,2	52.107,2	7,7
Setores Desonerados - DARF	1.380,4	1.000,5	1.123,4	12,3	(18,6)	1.380,4	1.123,4	(18,6)
Entidades Filantrópicas	0,0	0,0	0,0	(52,3)	(82,3)	0,0	0,0	(82,3)
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS	0,2	0,4	0,2	(44,5)	(4,8)	0,2	0,2	(4,8)
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE	0,3	0,2	0,2	6,1	(38,1)	0,3	0,2	(38,1)
Comercialização da Produção Rural	0,7	0,3	0,3	(3,9)	(53,4)	0,7	0,3	(53,4)
Retenção (11%)	0,1	0,4	0,2	(48,9)	34,0	0,1	0,2	34,0
Reclamatória Trabalhista	68,7	11,0	4,3	(61,3)	(93,8)	68,7	4,3	(93,8)
Outras Receitas	2,6	1,9	1,8	(1,9)	(29,2)	2,6	1,8	(29,2)
1.2. Recuperação de Créditos	376,9	271,0	414,6	53,0	10,0	376,9	414,6	10,0
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09	23,4	15,8	3,7	(77,0)	(84,4)	23,4	3,7	(84,4)
Arrecadação / Lei 11.941/09	40,8	(53,7)	50,0	(193,1)	22,6	40,8	50,0	22,6
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	18,9	25,2	25,6	1,4	35,6	18,9	25,6	35,6
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS	0,0	-	0,0	-	80,7	0,0	0,0	80,7
Depósitos Judiciais - Repasse STN	(57,4)	(19,7)	41,5	(310,8)	(172,4)	(57,4)	41,5	(172,4)
Débitos	7,0	2,7	11,0	312,6	56,6	7,0	11,0	56,6
Parcelamentos Convencionais	344,2	300,7	282,9	(5,9)	(17,8)	344,2	282,9	(17,8)
1.3. Restituições de Contribuições	(0,7)	(2,8)	(0,9)	(68,3)	29,9	(0,7)	(0,9)	29,9
1.4. Transferências a Terceiros	(4.479,1)	(2.644,8)	(4.633,4)	75,2	3,4	(4.479,1)	(4.633,4)	3,4
1.5. Compensação da Desoneração - STN	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	76.393,1	81.244,4	80.442,3	(1,0)	5,3	76.393,1	80.442,3	5,3
Pagos pelo INSS	74.881,5	79.135,0	78.574,3	(0,7)	4,9	74.881,5	78.574,3	4,9
Sentenças Judiciais - TRF	1.511,6	2.109,4	1.868,0	(11,4)	23,6	1.511,6	1.868,0	23,6
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	(20.459,0)	11.159,8	(20.571,7)	(284,3)	0,6	(20.459,0)	(20.571,7)	0,6

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)

Elaboração: SRGPS/MPS

2. Resultados por Clientela Urbana e Rural

Dadas as significativas diferenças estruturais entre os setores urbano e rural, é necessário que o resultado previdenciário seja analisado segundo o que se denomina, na terminologia do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), clientelas urbana e rural.

Em janeiro de 2026, a arrecadação líquida total urbana foi de R\$ 59,1 bilhões, registrando redução de 35,4% (-R\$ 32,3 bilhões) em relação ao mês anterior (dez/25) e aumento de 7,3% (+R\$ 4,0 bilhões) na comparação com janeiro de 2025. Já a arrecadação líquida total rural foi de R\$ 763,4 milhões, evidenciando redução de 19,9% (-R\$ 189,1 milhões) em relação ao mês anterior (dez/25) e queda de 8,2% (-R\$ 68,6 milhões) quando comparada a janeiro de 2025.

A despesa com pagamento de benefícios urbanos, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, foi da ordem de R\$ 63,4 bilhões em janeiro de 2026, registrando queda de 1,4% (-R\$ 952,3 milhões) em relação ao mês anterior (dez/25) e aumento de 5,5% (+R\$ 3,3 bilhões) na comparação com janeiro de 2025. Já a despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, atingiu R\$ 17,1 bilhões em janeiro de 2026, evidenciando aumento de cerca de 0,7% (+R\$ 123,1 milhões) em relação ao mês anterior (dez/25) e de 4,7% (+R\$ 768,4 milhões), quando comparada ao mês correspondente de 2025, conforme se observa na **Tabela 2**.

Em janeiro de 2026, as clientelas urbana e rural apresentaram necessidade de financiamento da ordem de R\$ 4,3 bilhões e R\$ 16,3 bilhões, respectivamente.

No acumulado de 2026, a arrecadação líquida urbana (incluída a arrecadação associada à Comprev) totalizou R\$ 59,1 bilhões, registrando aumento de 7,3% (+R\$ 4,0 bilhões) em relação ao mesmo período de 2025. Já a arrecadação rural atingiu cerca de R\$ 763,4 milhões, refletindo queda de 8,2% (-R\$ 68,6 milhões) na mesma base de comparação. As despesas com o pagamento de benefícios previdenciários urbanos e rurais (incluídas as sentenças judiciais e Comprev) totalizaram R\$ 63,4 bilhões e R\$ 17,1 bilhões, respectivamente, representando crescimento de

5,5% (+R\$ 3,3 bilhões) no meio urbano e de 4,7% (+R\$ 768,4 milhões) no meio rural.

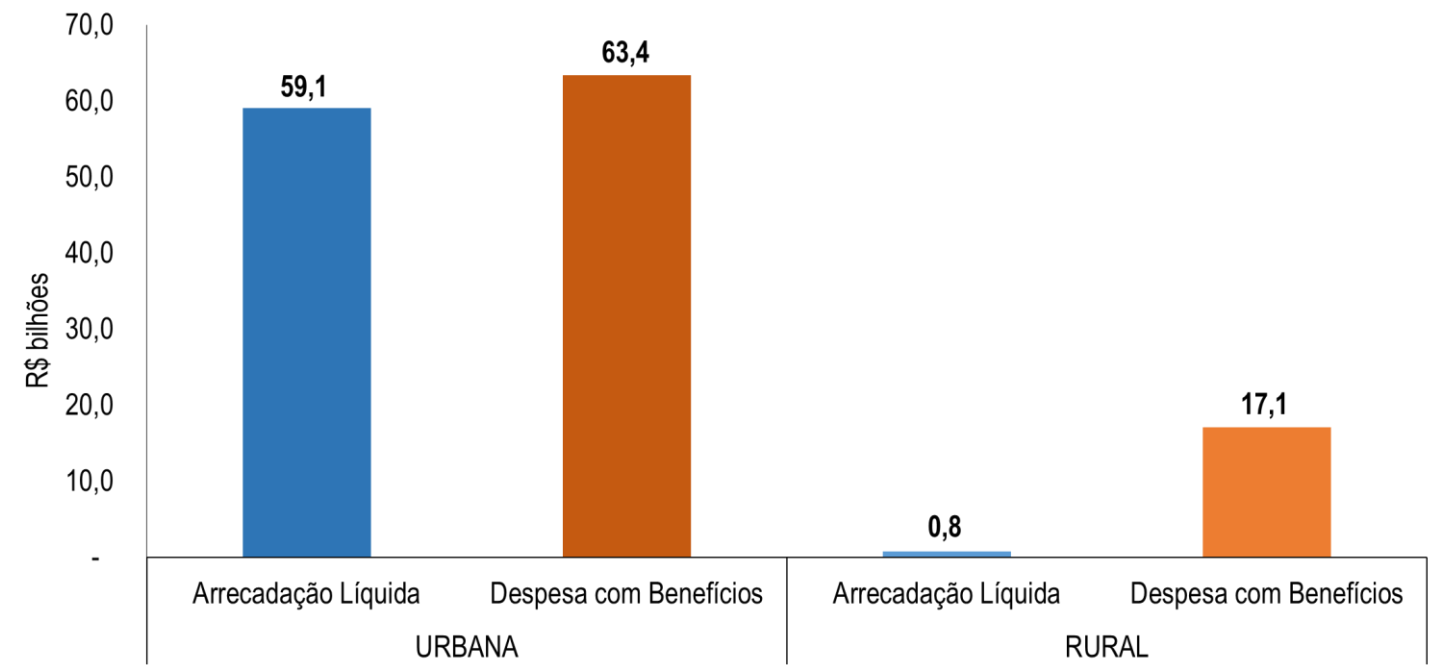
Como resultado, a clientela urbana registrou necessidade de financiamento da ordem de R\$ 4,3 bilhões, apresentando queda de 14,5% (-R\$ 724,3 milhões) em relação ao mesmo período de 2025. Já a clientela rural apresentou necessidade de financiamento de R\$ 16,3 bilhões, cerca de 5,4% (+R\$ 837,0 milhões) superior à observada no mesmo período de 2025.

TABELA 2: Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2025 e 2026) – Resultado de jan/26 em R\$ milhões de jan/26 – INPC

Item	jan/25	dez/25	jan/26	Var. %	Var. %	Acumulado no ano		Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C / B)	(C / A)	2025	2026	
1. Arrecadação Líquida Total (1.1 + 1.2)	55.934,1	92.404,2	59.870,6	(35,2)	7,0	55.934,1	59.870,6	7,0
1.1 Arrecadação Líquida Total - Urbana	55.102,1	91.451,8	59.107,3	(35,4)	7,3	55.102,1	59.107,3	7,3
1.1.1 Arrecadação Líquida Urbana	55.078,8	91.435,9	59.103,6	(35,4)	7,3	55.078,8	59.103,6	7,3
1.1.3 Comprev	23,4	15,8	3,7	(77,0)	(84,4)	23,4	3,7	(84,4)
1.2 Arrecadação Líquida Total - Rural	831,9	952,4	763,4	(19,9)	(8,2)	831,9	763,4	(8,2)
2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2)	76.393,1	81.244,4	80.442,3	(1,0)	5,3	76.393,1	80.442,3	5,3
2.1 Despesa com Benefícios - Urbano	60.086,8	64.292,8	63.367,6	(1,4)	5,5	60.086,8	63.367,6	5,5
2.1.1 Benefícios Previdenciários Urbanos	58.584,9	61.859,1	60.905,3	(1,5)	4,0	58.584,9	60.905,3	4,0
2.1.2 Passivo Judicial - Urbano	1.187,6	1.665,0	1.466,5	(11,9)	23,5	1.187,6	1.466,5	23,5
2.1.3 Comprev	314,3	768,7	995,8	29,5	216,8	314,3	995,8	216,8
2.2 Despesa com Benefícios - Rural	16.306,3	16.951,6	17.074,7	0,7	4,7	16.306,3	17.074,7	4,7
2.2.1 Benefícios Previdenciários Rurais	15.982,3	16.507,2	16.673,2	1,0	4,3	15.982,3	16.673,2	4,3
2.2.2 Passivo Judicial - Rural	324,0	444,3	401,5	(9,6)	23,9	324,0	401,5	23,9
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(20.459,0)	11.159,8	(20.571,7)	(284,3)	0,6	(20.459,0)	(20.571,7)	0,6
3.1 Urbano (1.1 - 2.1)	(4.984,6)	27.158,9	(4.260,3)	(115,7)	(14,5)	(4.984,6)	(4.260,3)	(14,5)
3.2 Rural (1.2 - 2.2)	(15.474,4)	(15.999,1)	(16.311,3)	2,0	5,4	(15.474,4)	(16.311,3)	5,4

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 1: Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até janeiro - R\$ bilhões de janeiro/2026 – INPC



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)
Elaboração: SRGPS/MPS

3. Receitas Correntes

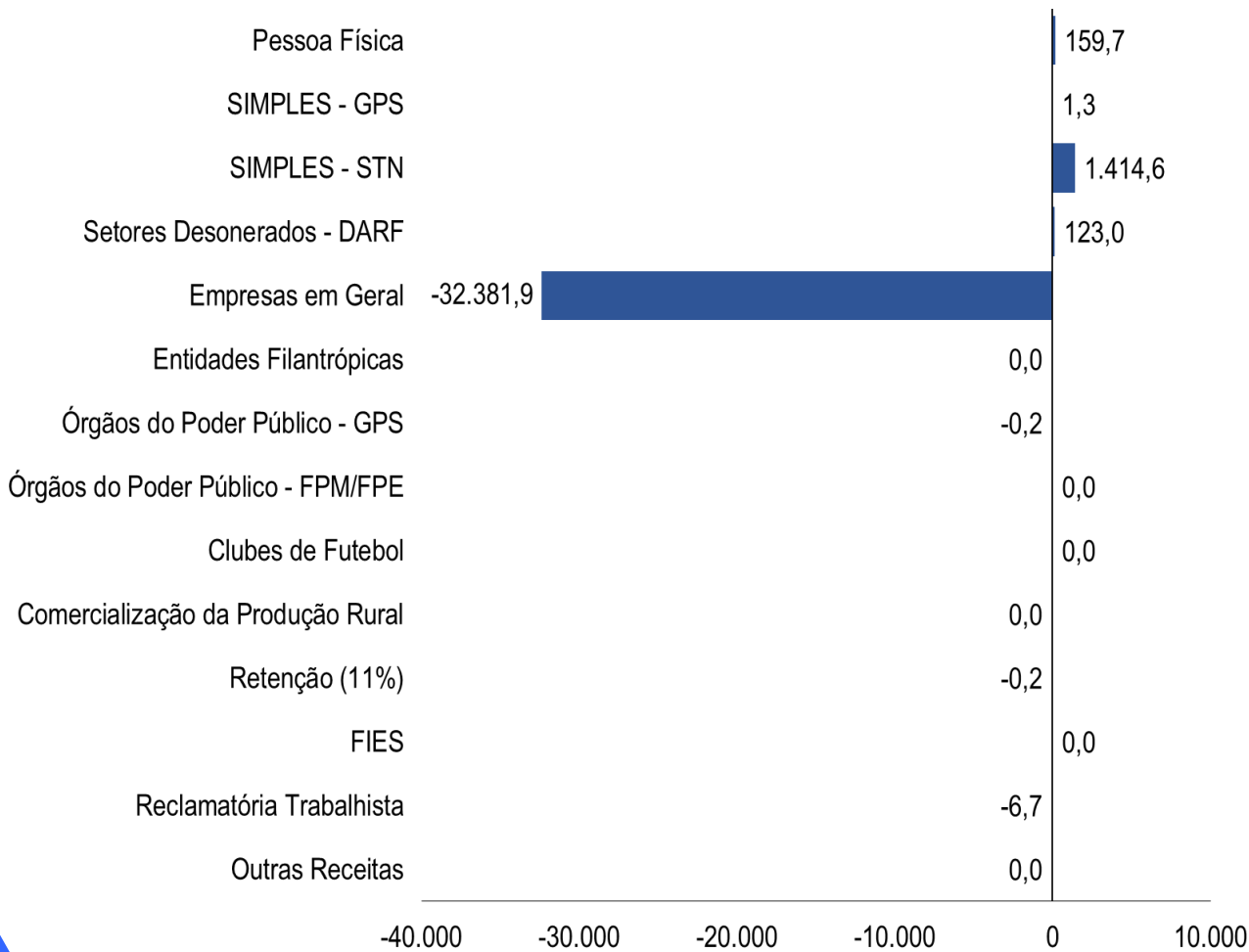
As receitas correntes somaram R\$ 64,1 bilhões em janeiro de 2026, registrando queda de 32,4% (-R\$ 30,7 bilhões) em relação ao mês anterior (dez/25) e aumento de 6,8% (+R\$ 4,1 bilhões) na comparação com janeiro de 2025. Em janeiro de 2026, algumas rubricas apresentaram redução, com destaque para “Empresas em Geral”, que registrou declínio de 38,3% (-R\$ 32,4 bilhões), e para “Reclamatória Trabalhista”, com queda de 61,3% (-R\$ 6,7 milhões). Por sua vez, outras rubricas apresentaram crescimento, com destaque para “SIMPLES - STN”, que registrou aumento de 17,1% (+R\$ 1,4 bilhão), como mostra o **Gráfico 2**.

No acumulado de 2026 (até janeiro), as receitas correntes totalizaram R\$ 64,1 bilhões, valor 6,8% (+R\$ 4,1 bilhões) superior ao registrado no mesmo período de 2025. A rubrica “Empresas em Geral” apresentou aumento de

7,7% (+R\$ 3,7 bilhões). Por outro lado, as rubricas “Setores Desonerados - DARF” e “Reclamatória Trabalhista” registraram recuo de 18,6% (-R\$ 256,9 milhões) e de 93,8% (-R\$ 64,5 milhões), respectivamente, conforme se observa no **Gráfico 3**.

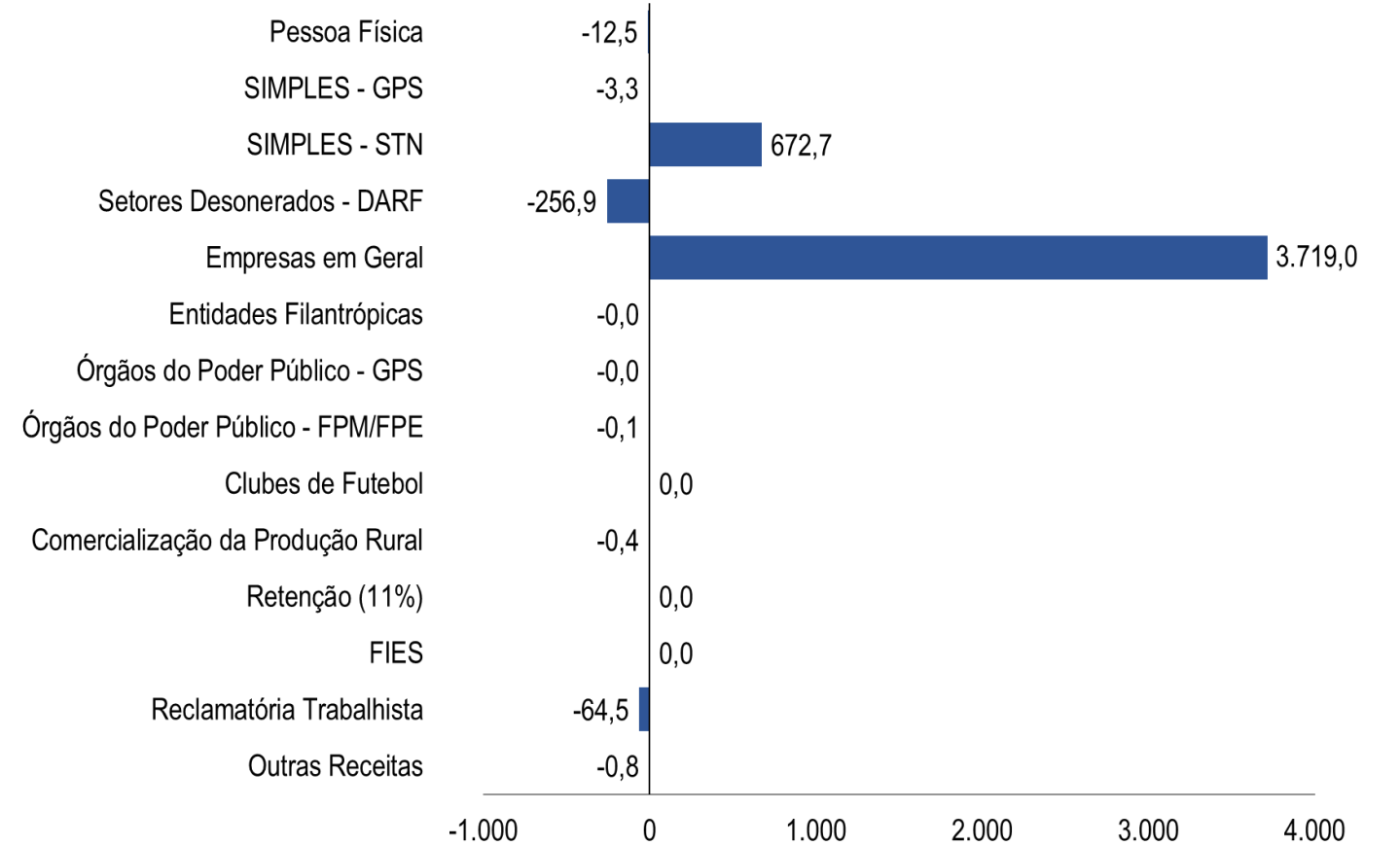
A arrecadação previdenciária está diretamente vinculada ao comportamento do mercado de trabalho formal, na medida em que aumentos ou reduções no nível de emprego formal no país se refletem, respectivamente, em resultados positivos ou negativos na arrecadação. Ademais, a distribuição da receita entre as diversas categorias tem sido influenciada pela progressiva obrigatoriedade de utilização do DARF pelas empresas para o recolhimento das contribuições previdenciárias, em substituição à Guia da Previdência Social (GPS).

GRÁFICO 2: Variação das Receitas Correntes de janeiro de 2026 em relação ao mês anterior, em R\$ milhões de janeiro/26 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 3: Variação das Receitas Correntes (janeiro a janeiro) de 2026 em relação a 2025, em R\$ milhões de janeiro/26 (INPC)



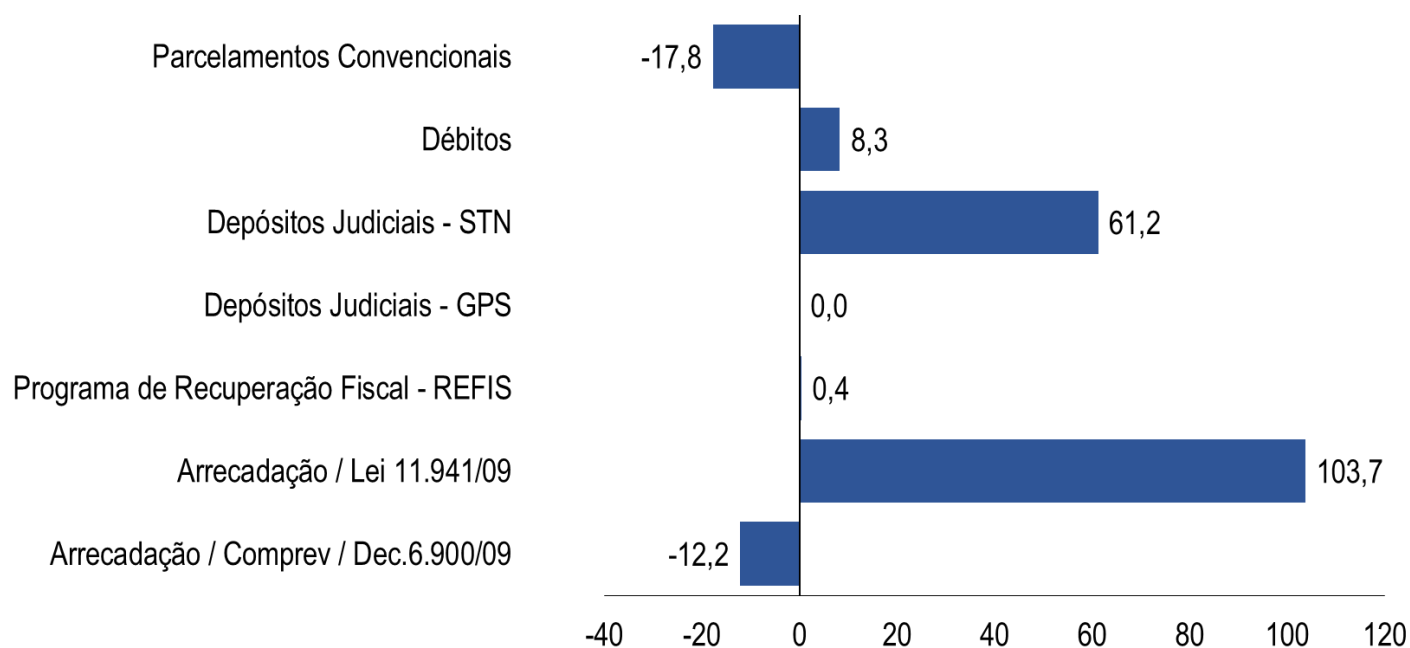
Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

4. **Receitas de Medidas de Recuperação de Créditos**

Em janeiro de 2026, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos totalizaram R\$ 414,6 milhões, registrando aumento de 53,0% (+R\$ 143,6 milhões) em relação a dezembro de 2025 e de 10,0% (+R\$ 37,8 milhões) na comparação com janeiro de 2025. Em relação ao mês anterior, as rubricas “Parcelamentos Convencionais” e “Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09” apresentaram queda de 5,9% (-R\$ 17,8 milhões) e 77% (-R\$ 12,2 milhões), respectivamente, conforme demonstrado no **Gráfico 4**.

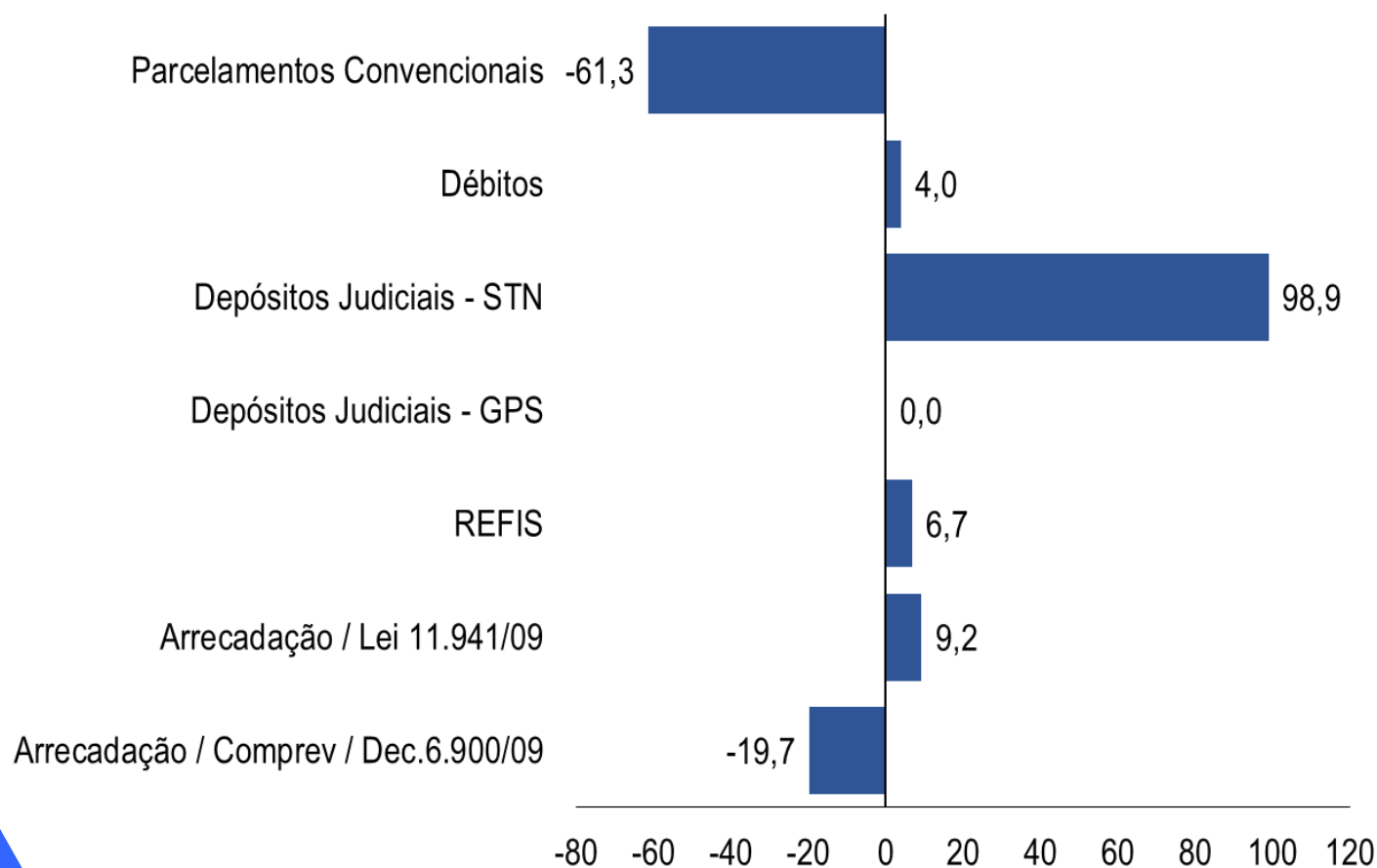
No acumulado de 2026 (até janeiro), as receitas originadas de recuperação de créditos somaram R\$ 414,6 milhões, evidenciando aumento de 10,0% (+R\$ 37,8 milhões) em relação ao mesmo período de 2025. Esse acréscimo decorreu principalmente do desempenho da rubrica “Depósitos Judiciais - STN” (+R\$ 98,9 milhões) e da “Arrecadação / Lei 11.941/09” (+R\$ 9,2 milhões), conforme se observa no **Gráfico 5**.

GRÁFICO 4: Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (jan/26) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de jan/26 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 5: Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (janeiro a janeiro) de 2026 em relação a 2025 - Em R\$ milhões de jan/26 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

5. Benefícios Emitidos e Concedidos

Em janeiro de 2026, foram emitidos 41,6 milhões de benefícios, registrando crescimento de 2,2% (+900,9 mil benefícios) em relação ao mesmo mês de 2025. Nessa mesma base de comparação, os “Benefícios Previdenciários” cresceram 2,4% (+811,1 mil benefícios), os “Benefícios Acidentários” registraram aumento de 4,5% (+36,7 mil benefícios) e os “Benefícios Assistenciais” apresentaram expansão de 0,8% (+52,9 mil benefícios), conforme se observa na **Tabela 3**.

Na comparação entre janeiro de 2026 e janeiro de 2025, verifica-se que as Aposentadorias por Tempo de Contribuição cresceram 0,8% (+53,5 mil aposentadorias), as Aposentadorias por Idade aumentaram 4,2% (+547,5 mil aposentadorias) e as Pensões por Morte subiram 1,1% (+90,3 mil benefícios). Por outro lado, o Auxílio-Doença apresentou redução de 4,3% (-59,2 mil benefícios).

Da quantidade média de 41,6 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a janeiro de 2026, cerca de 59,4% (24,7 milhões) foram destinadas a beneficiários da clientela urbana, 25,1% (10,5 milhões) a beneficiários da clientela rural e 15,5% (6,4 milhões) aos assistenciais, conforme demonstrado no **Gráfico 6**. No período de 2018 a 2026, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 21,6% no meio urbano, de 9,9% no meio rural e de 37,7% nos assistenciais.

O valor líquido médio dos benefícios emitidos entre janeiro e janeiro de 2026 foi de R\$ 1.973,16, o que representa elevação real de cerca de 1,74% em relação ao mesmo período de 2025, conforme apresentado no **Gráfico 7**. Na comparação entre o acumulado de janeiro a janeiro de 2026 e o período correspondente de 2018, observa-se que o valor médio real dos benefícios emitidos cresceu 3,4%.

Em janeiro de 2026, foram concedidos 461,8 mil novos benefícios, evidenciando queda de 18,8% (-106,9 mil benefícios) em relação ao mês anterior (dez/25) e aumento de 2,8% (+12,7 mil benefícios) na comparação com janeiro de 2025. Em relação ao mês anterior, a concessão de “Benefícios Previdenciários” caiu 20,6% (-106,4 mil benefícios), a de “Benefícios Acidentários” diminuiu 25,7% (-6,2 mil benefícios) e a de “Benefícios Assistenciais” registrou aumento de 21,9% (+6,0 mil benefícios), conforme se observa na **Tabela 4**.

No acumulado de 2026 (até janeiro), foram concedidos 461,8 mil benefícios, o que representa aumento de 2,8% (+12,7 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2025. Nessa comparação, os “Benefícios Previdenciários” aumentaram 7,6% (+29,1 mil benefícios), os “Benefícios Acidentários” registraram acréscimo de 13,4% (+2,1 mil benefícios) e os “Benefícios Assistenciais” apresentaram redução de 36,0% (-18,7 mil benefícios).

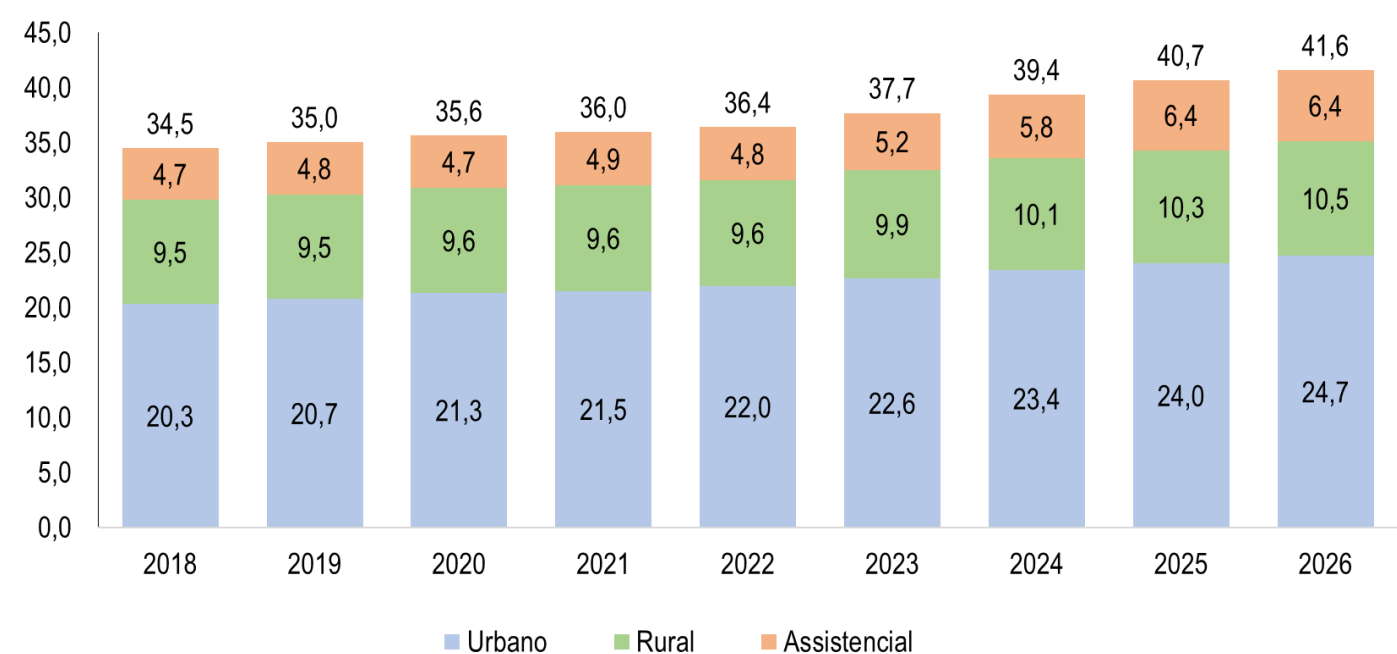
TABELA 3: Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (jan/25, dez/25 e jan/26)

Item	jan/25 (A)	dez/25 (B)	jan/26 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)
TOTAL	40.671.634	41.641.941	41.572.553	(0,2)	2,2
PREVIDENCIÁRIOS	33.457.564	34.317.188	34.268.642	(0,1)	2,4
Aposentadorias	23.462.367	24.144.902	24.150.948	0,0	2,9
Idade	13.185.117	13.724.304	13.732.618	0,1	4,2
Invalidez	3.275.793	3.361.965	3.363.338	0,0	2,7
Tempo de Contribuição	7.001.457	7.058.633	7.054.992	(0,1)	0,8
Pensão por Morte	8.412.436	8.514.458	8.504.689	(0,1)	1,1
Auxílio-Doença	1.293.761	1.278.081	1.227.590	(4,0)	(5,1)
Salário-Maternidade	82.300	130.762	133.263	1,9	61,9
Outros	206.700	248.985	252.152	1,3	22,0
ACIDENTÁRIOS	817.653	855.883	854.377	(0,2)	4,5
Aposentadorias	208.671	211.790	211.845	0,0	1,5
Pensão por Morte	93.374	91.637	91.436	(0,2)	(2,1)
Auxílio-Doença	85.595	95.224	92.534	(2,8)	8,1
Auxílio-Acidente	410.823	439.888	441.320	0,3	7,4
Auxílio-Suplementar	19.190	17.344	17.242	(0,6)	(10,2)
ASSISTENCIAIS	6.382.721	6.455.206	6.435.667	(0,3)	0,8
Benefício de Prestação Continuada/BPC - LOAS	6.329.863	6.407.302	6.388.164	(0,3)	0,9
Pessoa idosa	2.728.411	2.665.811	2.652.190	(0,5)	(2,8)
Pessoa com deficiência	3.600.619	3.740.293	3.734.742	(0,1)	3,7
Outros benefícios assistenciais	833	1.198	1.232	2,8	47,9
Rendas Mensais Vitalícias	52.858	47.904	47.503	(0,8)	(10,1)
Idade	2.659	2.129	2.079	(2,3)	(21,8)
Invalidez	50.199	45.775	45.424	(0,8)	(9,5)
BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (BLE)	13.696	13.664	13.867	1,5	1,2

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)

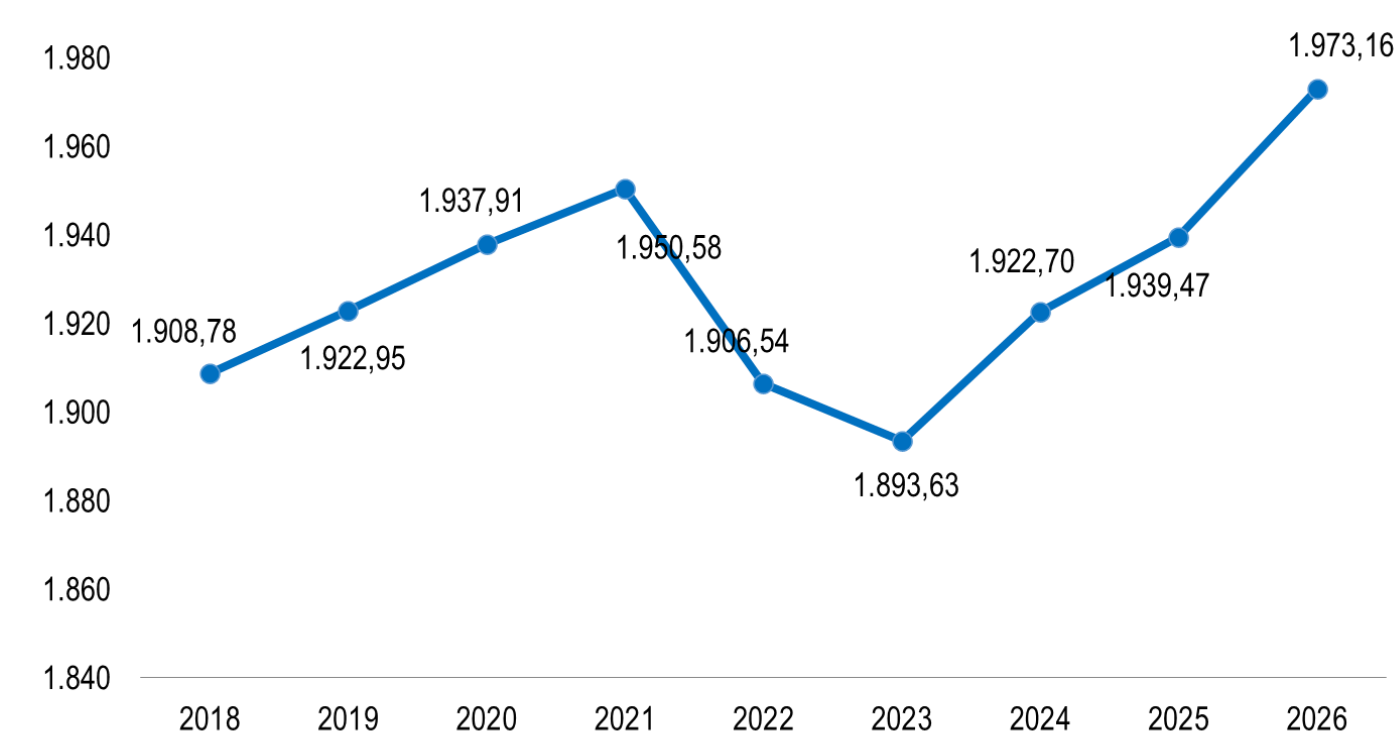
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 6: Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2018 a 2026)
- Em milhões de benefícios - Média de janeiro a janeiro.



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 7: Valor Líquido Médio do Total dos Benefícios Emitidos (média de janeiro a janeiro de cada ano) – 2018 a 2026: em R\$ de jan/26 (INPC)



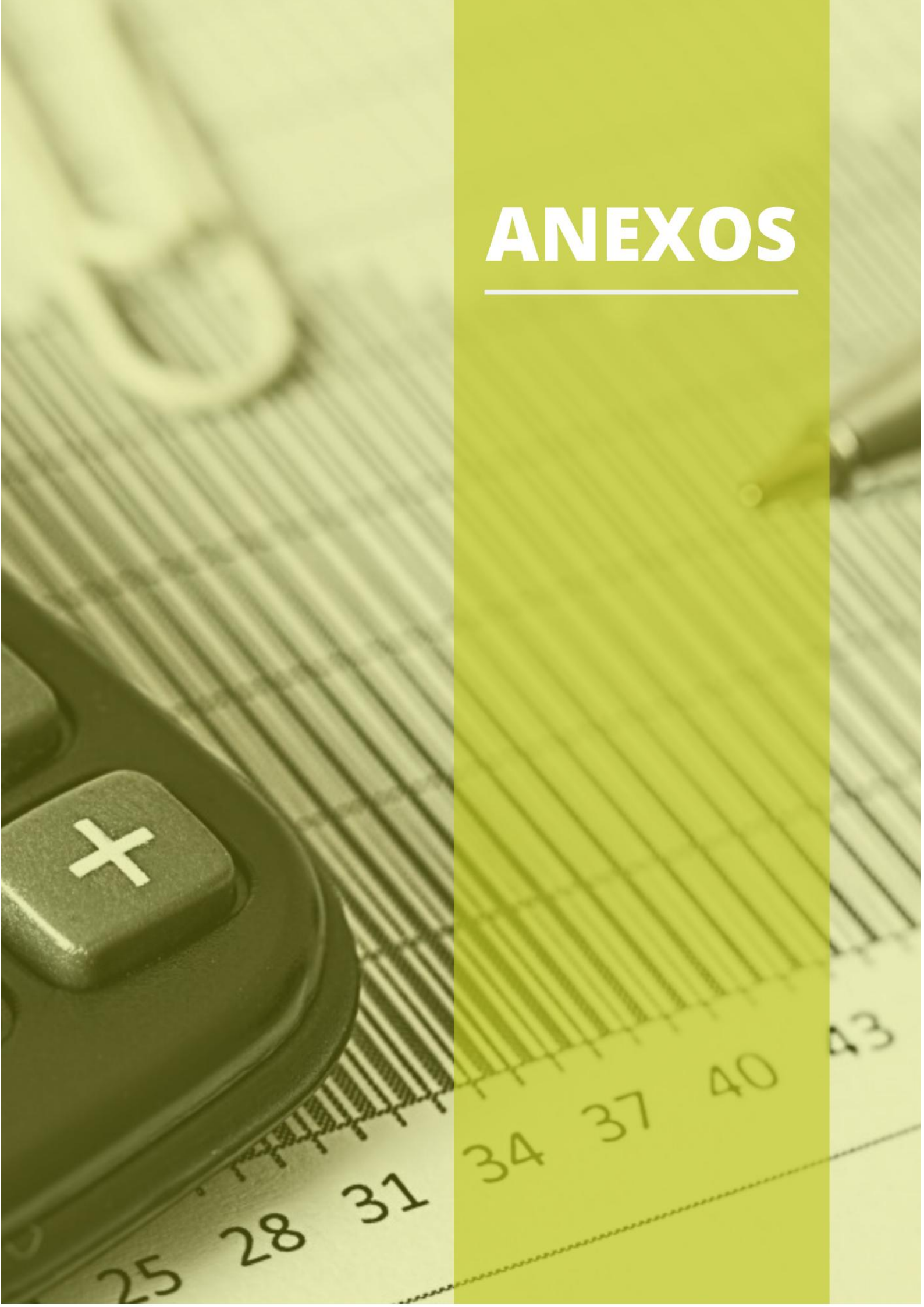
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS
Elaboração: SRGPS/MPS

TABELA 4: Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (jan/25, dez/25 e jan/26) e acumulado de janeiro a janeiro (2025 e 2026)

Item	jan/25	dez/25	jan/26	Var. %	Var. %	Acumulado no Ano		Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C / B)	(C / A)	2025	2026	
TOTAL	449.102	568.766	461.848	(18,8)	2,8	449.102	461.848	2,8
PREVIDENCIÁRIOS	381.495	516.986	410.575	(20,6)	7,6	381.495	410.575	7,6
Aposentadorias	90.856	85.535	82.267	(3,8)	(9,5)	90.856	82.267	(9,5)
Idade	61.115	53.915	61.936	14,9	1,3	61.115	61.936	1,3
Invalidez	16.758	17.959	9.654	(46,2)	(42,4)	16.758	9.654	(42,4)
Tempo de Contribuição	12.983	13.661	10.677	(21,8)	(17,8)	12.983	10.677	(17,8)
Pensão por Morte	24.734	26.490	23.507	(11,3)	(5,0)	24.734	23.507	(5,0)
Auxílio-Doença	213.923	305.638	214.666	(29,8)	0,3	213.923	214.666	0,3
Salário-Maternidade	48.889	94.715	86.908	(8,2)	77,8	48.889	86.908	77,8
Outros	3.093	4.608	3.227	(30,0)	4,3	3.093	3.227	4,3
ACIDENTÁRIOS	15.746	24.023	17.855	(25,7)	13,4	15.746	17.855	13,4
Aposentadorias	639	617	400	(35,2)	(37,4)	639	400	(37,4)
Pensão por Morte	22	46	25	(45,7)	13,6	22	25	13,6
Auxílio-Doença	12.423	20.128	14.681	(27,1)	18,2	12.423	14.681	18,2
Auxílio-Acidente	2.657	3.224	2.737	(15,1)	3,0	2.657	2.737	3,0
Auxílio-Suplementar	5	8	12	50,0	140,0	5	12	140,0
ASSISTENCIAIS	51.849	27.242	33.198	21,9	(36,0)	51.849	33.198	(36,0)
Benefício de Prestação Continuada/BPC - LOAS	51.803	27.200	33.163	21,9	(36,0)	51.803	33.163	(36,0)
Pessoa idosa	22.225	5.456	12.840	135,3	(42,2)	22.225	12.840	(42,2)
Pessoa com deficiência	29.578	21.744	20.323	(6,5)	(31,3)	29.578	20.323	(31,3)
Outros benefícios assistenciais	46	42	35	(16,7)	(23,9)	46	35	(23,9)
BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (BLE)	12	515	220	(57,3)	1.733,3	12	220	1.733,3

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS.

Elaboração: SRGPS/MPS

The background of the slide features a close-up, slightly blurred image of a black calculator with a white '+' key, resting on a yellow ledger with a grid pattern. A vertical green bar is positioned on the right side of the image, containing the text 'ANEXOS'.

ANEXOS

ANEXO I

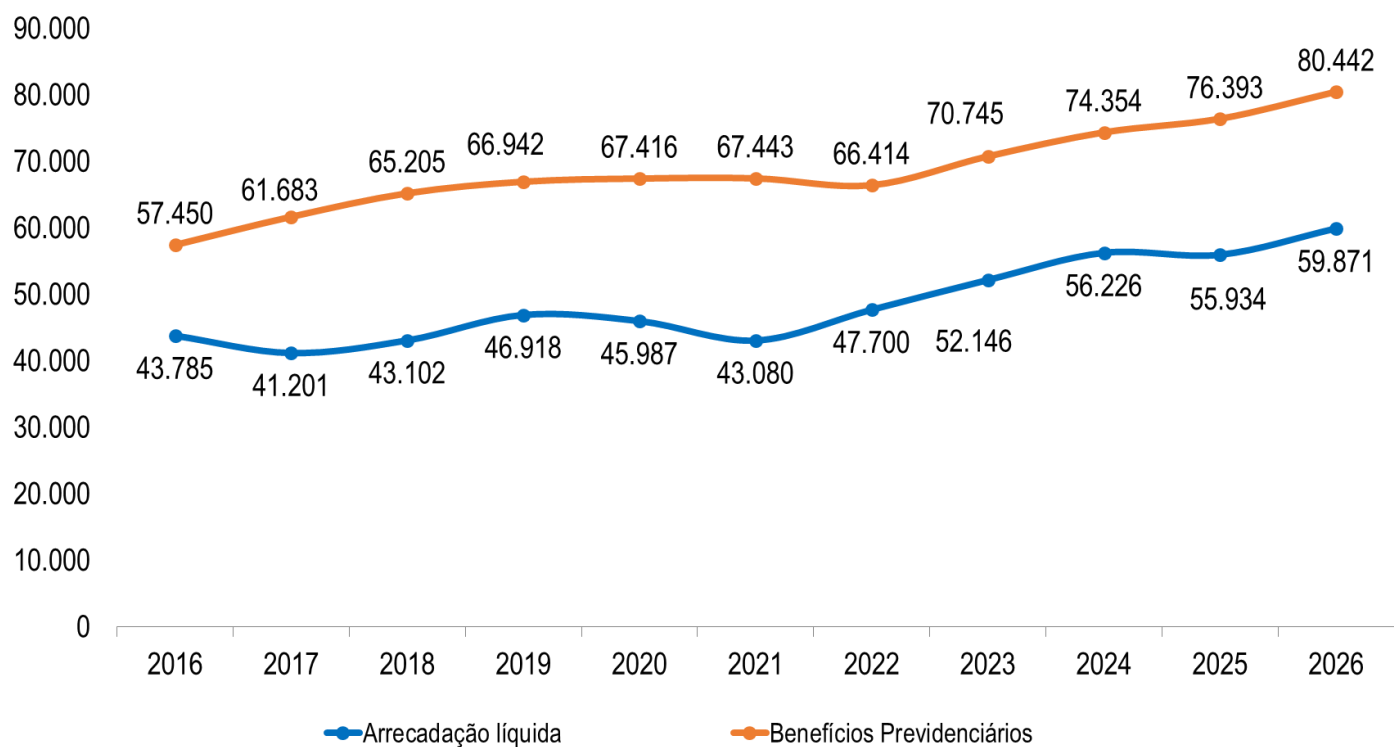
I.I Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios (R\$ milhões de jan/26 - INPC)

Período	Arrecadação Bruta (1)	Transferências a Terceiros	Arrecadação Líquida	Benefícios Previdenciários	Relação %	Saldo
	(A)	(B)	C = (A - B)	(D)	E=(D/C)	F= (C - D)
Valores referentes ao acumulado até o mês de Janeiro, a preços de Jan/2026 INPC						
2016	51.936	8.150	43.785	57.450	131,2	(13.664)
2017	49.165	7.965	41.201	61.683	149,7	(20.483)
2018	51.587	8.485	43.102	65.205	151,3	(22.102)
2019	52.193	5.276	46.918	66.942	142,7	(20.025)
2020	50.423	4.436	45.987	67.416	146,6	(21.429)
2021	47.304	4.224	43.080	67.443	156,6	(24.363)
2022	51.287	3.587	47.700	66.414	139,2	(18.714)
2023	55.934	3.788	52.146	70.745	135,7	(18.599)
2024	60.313	4.087	56.226	74.354	132,2	(18.128)
2025	60.413	4.479	55.934	76.393	136,6	(20.459)
2026	64.504	4.633	59.871	80.442	134,4	(20.572)
jan/24	60.313	4.087	56.226	74.354	132,2	(18.128)
fev/24	54.205	2.546	51.658	77.321	149,7	(25.662)
mar/24	57.178	2.393	54.785	77.952	142,3	(23.167)
abr/24	56.516	2.415	54.101	86.543	160,0	(32.442)
mai/24	54.910	2.546	52.364	117.476	224,3	(65.111)
jun/24	55.353	2.424	52.929	100.714	190,3	(47.784)
jul/24	56.682	2.631	54.051	77.888	144,1	(23.837)
ago/24	59.788	2.676	57.112	77.197	135,2	(20.085)
set/24	54.973	2.896	52.077	79.845	153,3	(27.768)
out/24	57.161	2.535	54.626	76.637	140,3	(22.012)
nov/24	57.264	2.662	54.601	76.657	140,4	(22.056)
dez/24	89.599	2.669	86.930	76.072	87,5	10.858
jan/25	60.413	4.479	55.934	76.393	136,6	(20.459)
fev/25	58.340	2.685	55.655	79.243	142,4	(23.588)
mar/25	58.632	2.716	55.916	79.386	142,0	(23.470)
abr/25	58.268	2.695	55.573	88.770	159,7	(33.197)
mai/25	59.361	2.674	56.687	113.638	200,5	(56.951)
jun/25	59.369	2.722	56.647	106.595	188,2	(49.949)
jul/25	58.589	2.838	55.752	98.851	177,3	(43.099)
ago/25	62.891	2.668	60.223	79.469	132,0	(19.246)
set/25	60.872	2.532	58.339	79.387	136,1	(21.048)
out/25	61.040	2.721	58.319	79.171	135,8	(20.852)
nov/25	61.211	2.775	58.435	79.849	136,6	(21.413)
dez/25	95.049	2.645	92.404	81.244	87,9	11.160
jan/26	64.504	4.633	59.871	80.442	134,4	(20.572)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SRGPS/MPs

I.II Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios (acumulado até o mês de janeiro de cada ano, em R\$ milhões de jan/26 –INPC)



Fonte: CGF/INSS
Elaboração: SRGPS/MPS

Rubricas de arrecadação previdenciária

1. Pessoa Física: Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.
2. SIMPLES - Recolhimento em Guia da Previdência Social – GPS: recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.
3. SIMPLES – repasse STN: Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.
4. Empresas em Geral: empresas sujeitas às regras gerais de contribuição, incluídos os recolhimentos referentes à cota patronal, dos empregados e do seguro acidente.
5. Setores Desonerados: arrecadação em DARF relativas à desoneração da folha de pagamento, conforme a Lei 12.546 de 14/12/2011.
6. Entidades Filantrópicas: recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.
7. Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS: Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.
8. Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE: Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.
9. Clubes de Futebol: receita auferida a qualquer título nos espetáculos desportivos de que os clubes de futebol participem.
10. Comercialização da Produção Rural: Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.
11. Retenção (11%): valor retido pela contratante de serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra no valor de 11% da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços.
12. Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES: Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.
13. Reclamatória Trabalhista: recolhimento sobre verbas remuneratórias decorrentes de decisões proferidas pela Justiça.
14. Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09: compensação financeira entre os regimes próprios de previdência e o RGPS
15. Arrecadação / Lei 11.941/09: refinanciamento de débitos previdenciários.
16. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS: Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.
17. Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS: Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência.
18. Depósitos Judiciais - Repasse STN: Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
19. Débitos: Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
20. Parcelamentos Convencionais: Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.
21. Sentenças Judiciais – TRF: Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
22. Restituição de Arrecadação – Procedimento administrativo pelo qual o sujeito é ressarcido pelo INSS, de importâncias pagas indevidamente à Previdência Social, ou de importâncias relativas ao salário-família e ao salário-maternidade, que não tenham sido objeto de compensação ou de reembolso.
23. Transferências a Terceiros – Valor das contribuições sociais recolhidas pelo INSS e depois repassadas às respectivas entidades, tais como: SENAI, SENAR, SESC, SESI etc. O valor é negativo porque, apesar de ser arrecadado pelo INSS, depois é repassado e não faz parte do Fundo do Regime Geral de Previdência Social.